## 7<sup>a</sup> Legisl 3<sup>a</sup> Sessã

## **PODER LEGISLATIVO**

7ª Legislatura 3º Sessão Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 002/2023, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

(Z)	
Protocolado no Livro próprio às folha	is
As JOOD horas.	
Na Andia Mr 13 / 02 / 2/02	2

DISPÕE SOBRE REVISÃO ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE NATALÂNDIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATALÂNDIA, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica revisado em 5,79% (cinco inteiros e setenta e nove por cento), os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo do Município de Natalândia, em conformidade com o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** O percentual de que trata o *caput* deste artigo corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPC-A, referente ao período de janeiro a dezembro de 2022, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 5,79% (cinco inteiros e setena e nove por cento).

**Art. 2º** Fica o Presidente autorizado a atualizar, mediante portaria, as tabelas de vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, em decorrência do reajuste previsto no art. 1º, parágrafo único desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, garantindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Natalândia-MG, 13 de fevereiro de 2023.

VER.º GETÚLIO I. P. NUNES DA ROCHA

**Presidente** 

Vice-Presidente

VER. MARCOS ALVES MIGUEL

VER. HERMES OLIVEIRA MENDES

1° Secretário

VER.º CHARLES QUEIROZ ULHOA
2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL IJE NATALĀNDIA - MG DESPACHO

Aprovado em <u>Unico</u> lumo, p

(b) votos favoráveis, (O) votos contrários e (O) abstenções.

Delic

Presidente da Câmara

## **PODER LEGISLATIVO**



. 7ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa

## **JUSTIFICATIVA**

A Lei Orgânica do Munícipio de Natalândia prevê em seu inciso III do artigo 49 que compete privativamente à Mesa da Câmara Municipal iniciar processo legislativo sobre regime jurídico de seus próprios servidores, *conforme se transcreve abaixo*:

"III – a regulamentação geral, que disporá sobre a organização da Secretária da Câmara, seu funcionamento, política, transformação ou extinção de cargo, emprego e função, <u>e fixação da respectiva remuneração." (grifo nosso)</u>

Destarte, pelo acimo alegado, é de competência deste Poder que os membros da Mesa Diretora apresentem proposição dispondo sobre a revisão anual dos seus servidores em cumprimento à norma constitucional que prevê tal revisão com igual índice e sempre na mesma data.

Com fundamento no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, os servidores públicos fazem jus à revisão anual. Tal revisão, tem por objetivo atualizar as remunerações de modo a acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda, pois, se assim não fosse, não haveria razão para tomar obrigatório a sua concessão anual, por intermédio da Carta Magna, que se transcreve, *in verbis*:

"X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4°. do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de indices." (grifo nosso)

Fica dispensado o relatório de impacto orçamentário e financeiro, conforme o artigo 17, § 6º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo assim, pelos motivos expostos, pede-se o apoio dos demais Pares para a aprovação do projeto que se justifica.

Natalândia-MG, 13 de fevereiro de 2023.

VER.º GETÚLIO I. P. NUNES DA ROCHA

Presidente

ver.º hermes oliveira mendes

1° Secretário

VER.º MARCOS ALVES MIGUEL

Vice-Presidente

VER.º CHARLES QUEIROZ ULHOA 2º Secretário